ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA FEDERAÇÃO DA RÚSSIA RELATIVO AO ESTABELECIMENTO E FUNCIONAMENTO DE CENTROS CULTURAIS

O Governo da República Federativa do Brasil

e

o Governo da Federação da Rússia,
(doravante denominados "Partes"),

Desejando incrementar o conhecimento mútuo de seus povos e alargar a cooperação cultural bilateral,

Acordam o seguinte:

Artigo 1

1. O Governo da Federação da Rússia estabelecerá Centro Científico-Cultural Russo em São Paulo e o Governo da República Federativa do Brasil estabelecerá Centro Cultural do Brasil em Moscou, doravante denominados "Centros Culturais".

2. As Partes poderão, com base em acordo mútuo por via diplomática, instituir filiais dos Centros Culturais em outras cidades do país receptor, observadas suas respectivas legislações.

3. Os Centros Culturais serão instituições de seus respectivos países e gozarão dos direitos de pessoa jurídica de acordo com a legislação do país receptor.

4. As atividades dos Centros Culturais ficarão sujeitas ao disposto no presente Acordo e à legislação do país receptor.

Artigo 2

1. O Centro Científico-Cultural Russo em São Paulo desenvolverá suas atividades sob a orientação geral do chefe da missão diplomática da Federação da Rússia na República Federativa do Brasil.

2. O Centro Cultural do Brasil em Moscou desenvolverá suas atividades sob a orientação geral do chefe da missão diplomática da República Federativa do Brasil na Federação da Rússia.

3. Cada Parte, de acordo com a legislação de seu país, promoverá o desenvolvimento de seu Centro Cultural e prestará apoio ao Centro Cultural da outra Parte no que respeita a seu estabelecimento e funcionamento no país receptor.

Artigo 3

Os Centros Culturais terão como objetivo o apoio possível ao conhecimento mútuo dos povos russo e brasileiro, a promoção das relações de amizade entre eles e o fomento do intercâmbio bilateral na área cultural e humanitária.

Artigo 4

1. Para cumprir os objetivos previstos no Artigo 3 do presente Acordo, os Centros Culturais:

a) organizarão e realizarão eventos culturais, inclusive exposições, exibições de filmes e programas de televisão, shows, apresentações, palestras e seminários;
b) possuirão, em suas instalações, bibliotecas, salas de leitura, salas de aula e salas de cinema e assegurarão seu funcionamento;
c) fornecerão materiais regionais, inclusive publicações periódicas, livros, catálogos, cartazes, anúncios, programas, álbuns, quadros e reproduções, material audiovisual e didático independentemente do tipo de suporte, assim como outros materiais diretamente relacionados com as atividades organizadas, para fins de leitura, cópia e outros fins relacionados com divulgação;
d) organizarão cursos de língua, história e cultura nacionais; e
e) realizarão outras atividades relacionadas com a divulgação das informações sobre seu país no país receptor.

2. Os Centros Culturais não poderão ter caráter comercial e não terão como objetivo a geração de lucro. Para compensar parte das despesas de manutenção e funcionamento, entretanto, os Centros poderão receber pagamento pelas atividades referidas neste Artigo.

Artigo 5

1. Para fins de suas atividades, os Centros Culturais poderão estabelecer contatos diretos com autoridades federais e instituições públicas, autoridades locais, organizações de qualquer natureza jurídica e tipo de propriedade, assim como com cidadãos do país receptor.

2. As Partes permitirão a livre entrada do público do país receptor nos Centros Culturais de seus países.

3. Os Centros Culturais poderão divulgar suas atividades entre a população do país receptor e realizar eventos de informação e propaganda sobre suas atividades, observando-se a legislação do país receptor.

Artigo 6

As Partes serão responsáveis por todos os custos ligados à organização das atividades e à instalação de seus respectivos Centros Culturais, incluídos aluguéis, aquisição de terrenos e construção, reformas e decoração interna, de acordo com os planos municipais de desenvolvimento urbanístico e a legislação do país receptor.

Artigo 7

O regime tributário dos Centros Culturais e de seu pessoal deverá atender à legislação do país receptor e às disposições da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, celebrada em Brasília, em 22 de novembro de 2004, uma vez que a Convenção entre em vigor.

Artigo 8

1. A coordenação das atividades do Centro Cultural será efetuada por seu diretor, que poderá nomear vice-diretores.

2. Caso o país do Centro Cultural designe membros de sua missão diplomática ou repartição consular para os cargos de diretor ou vice-diretor do Centro Cultural, eles gozarão dos respectivos privilégios e imunidades.

3. Cada Parte designará o pessoal para seu respectivo Centro. O pessoal poderá ser constituído por cidadãos do país do Centro Cultural, cidadãos do país receptor ou cidadãos de terceiros países com residência permanente no país receptor.

4. A contratação e a demissão de cidadãos do país receptor e de terceiros países com residência permanente no país receptor deverá atender à legislação do país receptor.

Artigo 9

1. Os empregados dos Centros Culturais e seus familiares, nacionais do país que envia, desde que não tenham fixado residência permanente no território do país receptor, ficarão sujeitos à legislação trabalhista do país que envia.

2. Os restantes empregados dos Centros ficarão sujeitos à legislação trabalhista do país receptor.

Artigo 10

1. A Parte receptora, de acordo com suas leis e regulamentos, concederá isenção de direitos, impostos ou gravames aduaneiros de importação aos artigos necessários ao funcionamento dos Centros Culturais no âmbito do presente Acordo:

a) equipamentos de informática e móveis de escritório;

b) catálogos, cartazes, programas, livros, filmes, discos, material didático e audiovisual independentemente do tipo de suporte; e
c) material e obras para exposições temporárias.

2. Tal material não poderá ser alienado no território do país receptor, salvo nas condições estabelecidas pelas autoridades competentes da Parte receptora.

Artigo 11

Cada Parte, de acordo com a legislação de seu país e atendendo a critério de reciprocidade, concederá, com a máxima brevidade, vistos aos empregados do Centro da outra Parte e aos familiares que com eles residam.

Artigo 12

Todas as questões relativas a interpretação ou aplicação do presente Acordo serão solucionadas por via de negociações.

Artigo 13

O presente Acordo está sujeito a modificações por acordo mútuo entre as Partes.

Artigo 14

1. O presente Acordo entrará em vigor na data de recebimento da última notificação escrita entre as Partes, por via diplomática, informando do cumprimento dos respectivos procedimentos legais internos necessários para sua entrada em vigor.

2. O presente Acordo vigorará pelo prazo de cinco (5) anos. O Acordo será automaticamente prorrogado por períodos de cinco (5) anos, a menos que uma das Partes notifique a outra, por escrito e com seis (6) meses de antecedência, de sua intenção de cessar a vigência deste Acordo.

3. No caso do fim da vigência do presente Acordo por iniciativa de uma das Partes, os eventos iniciados no período de sua vigência e não concluídos no momento do fim de sua vigência serão realizados pelos Centros Culturais até o término destes, caso outro procedimento não seja acordado pelas Partes.

Feito em NOVA YORK, em 21 de SETEMBRO de 2017, em dois exemplares originais, em português e russo, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil

Aloysio Nunes Ferreira
Ministro das Relações Exteriores

Pelo Governo da Federação da Rússia

Sergey Lavrov
Ministro dos Negócios Estrangeiros

СОГЛАШЕНИЕ МЕЖДУ ПРАВИТЕЛЬСТВОМ ФЕДЕРАТИВНОЙ РЕСПУБЛИКИ БРАЗИЛИИ И ПРАВИТЕЛЬСТВОМ РОССИЙСКОЙ ФЕДЕРАЦИИ ОБ УЧРЕЖДЕНИИ И УСЛОВИЯХ ДЕЯТЕЛЬНОСТИ КУЛЬТУРНЫХ ЦЕНТРОВ

Правительство Федеративной Республики Бразилии

и

Правительство Российской Федерации,
именуемые далее Сторонами,

стремясь к углублению взаимопонимания между своими народами и расширению двустороннего культурного сотрудничества,

согласились о нижеследующем:

Статья 1

1. Правительство Российской Федерации учреждает Российский центр науки и культуры в г.Сан-Паулу, а Правительство Федеративной Республики Бразилии учреждает Бразильский культурный центр в г.Москве, именуемые далее культурными центрами.

2. Стороны могут на основе взаимной договоренности по дипломатическим каналам открывать отделения культурных центров в других городах государства пребывания в соответствии с его законодательством.

3. Культурные центры являются учреждениями своих государств и пользуются правами юридического лица в соответствии с законодательством государства пребывания.

4. Деятельность культурных центров строится на основе положений настоящего Соглашения и в соответствии с законодательством государства пребывания.

Статья 2

1. Российский центр науки и культуры в г.Сан-Паулу осуществляет свою деятельность под общим руководством главы дипломатического представительства Российской Федерации в Федеративной Республике Бразилии.

2. Бразильский культурный центр в г.Москве осуществляет свою деятельность под общим руководством главы дипломатического представительства Федеративной Республики Бразилии в Российской Федерации.

3. Каждая из Сторон в соответствии с законодательством своего государства обеспечивает развитие своего культурного центра и оказывает содействие культурному центру другой Стороны в вопросах его учреждения и функционирования в государстве пребывания.

Статья 3

Целью деятельности культурных центров является всемерное укрепление взаимопонимания между народами России и Бразилии, поощрение дружественных отношений между ними и содействие двусторонним обменам в области культурного и гуманитарного сотрудничества.

Статья 4

1. Для достижения целей, предусмотренных статьей 3 настоящего Соглашения, культурные центры:

a) организуют и проводят мероприятия культурной направленности, в том числе выставки, теле- и кинопросмотры, представления, презентации, лекции и семинары;
b) имеют в своих помещениях библиотеки, читальные залы, учебные кабинеты, кинозалы и обеспечивают их работу;
c) предоставляют для чтения, копирования и других информационных целей материалы страноведческого характера, в том числе периодические издания, книги, каталоги, афиши, плакаты, программы, альбомы, картины и репродукции, аудиовизуальные и дидактические материалы независимо от способа записи информации, а также другие предметы, непосредственно имеющие отношение к мероприятиям, которые они проводят;
d) организуют курсы по изучению культурных аспектов своего государства, его истории и языка;
e) осуществляют другие виды деятельности, направленные на предоставление общественности государства пребывания информации о своем государстве.

2. Культурные центры являются некоммерческими организациями и не ставят целью своей деятельности извлечение прибыли. В то же время для покрытия части расходов по своему содержанию и функционированию они могут взимать плату за виды деятельности, указанные в настоящей статье.

Статья 5

1. В целях осуществления своей деятельности культурные центры могут устанавливать прямые контакты с органами государственной власти и управления, органами местного самоуправления, организациями, независимо от их организационно-

правовых форм и форм собственности, а также с гражданами государства пребывания.

2. Стороны обеспечивают свободный доступ общественности государства пребывания в культурные центры своих государств.

3. Культурные центры могут распространять информацию о своей деятельности среди населения государства пребывания, а также проводить информационно-пропагандистские мероприятия, посвященные этой деятельности в соответствии с законодательством государства пребывания.

Статья 6

Стороны берут на себя все расходы, связанные с организацией деятельности и размещением своих культурных центров, включая затраты на аренду зданий, приобретение земельных участков и строительство, реконструкцию и внутреннее оформление в соответствии с муниципальными градостроительными планами и законодательством государства пребывания.

Статья 7

Налоговый режим культурных центров и их персонала определяется законодательством государства пребывания и положениями Конвенции между Правительством Российской Федерации и Правительством Федеративной Республики Бразилии об избежании двойного налогообложения и предотвращении уклонения от налогообложения в отношении налогов на доходы, подписанной в Бразилиа 22 ноября 2004 года, после вступления в силу последней.

Статья 8

1. Общее руководство деятельностью культурного центра осуществляет директор, который может иметь заместителей.

2. В том случае, если направляющее государство назначает директором и заместителями директора культурного центра сотрудников своего дипломатического или консульского представительства, то на них продолжают распространяться соответствующие привилегии и иммунитеты.

3. Каждая из Сторон назначает персонал своего Центра. Этот персонал может состоять из граждан, командированных в государство пребывания направляющей Стороной, граждан государства пребывания и граждан, третьих государств, постоянно проживающих в государстве пребывания.

4. Прием на работу в культурный центр граждан государства пребывания и граждан третьих стран, постоянно проживающих в государстве пребывания, и их увольнение осуществляется в соответствии с законодательством государства пребывания.

Статья 9

1. На сотрудников культурных центров и членов их семей, являющихся

гражданами направляющего государства и не проживающих постоянно в государстве пребывания, распространяется трудовое законодательство направляющего государства.

2. На остальных сотрудников центров распространяется трудовое законодательство государства пребывания.

Статья 10

1. В соответствии с законодательством государства пребывания принимающая сторона освобождает культурные центры от уплаты таможенных пошлин, налогов и сборов в отношении предметов, необходимых культурным центрам для осуществления своей деятельности в соответствии с настоящим Соглашением:

a) компьютерное оборудование, офисная мебель;
b) каталоги, плакаты, программы, книги, фильмы, диски, аудиовизуальные и дидактические материалы независимо от способа записи информации;
c) материалы и произведения искусства, предназначенные для экспонирования на временных выставках.

2. Такие предметы не могут быть отчуждены на территории государства пребывания, если иное не предусмотрено компетентными властями принимающей стороны.

Статья 11

Каждая из Сторон в соответствии с законодательством своего государства и на основе взаимности в возможно короткие сроки выдает визы командируемым сотрудникам центра другой Стороны и проживающим вместе с ними членам их семей.

Статья 12

Спорные вопросы, возникающие в связи с толкованием и применением настоящего Соглашения, разрешаются путем переговоров.

Статья 13

По согласию Сторон в настоящее Соглашение могут быть внесены изменения.

Статья 14

1. Настоящее Соглашение вступает в силу в день получения по дипломатическим каналам последнего письменного уведомления, подтверждающего выполнение Сторонами соответствующих внутригосударственных процедур, необходимых для его вступления в силу.

2. Настоящее Соглашение заключается сроком на 5 лет. Действие настоящего Соглашения будет автоматически продлеваться на последующие 5-летние периоды до тех

пор, пока одна из Сторон не менее чем за 6 месяцев до истечения соответствующего периода не уведомит в письменной форме другую Сторону о своем намерении прекратить действие настоящего Соглашения.

3. В случае прекращения действия настоящего Соглашения по инициативе одной из Сторон мероприятия, которые возникли в период его действия и не были завершены к моменту прекращения его действия, продолжают осуществляться культурными центрами вплоть до их завершения, если Стороны не договорятся об ином.

Совершено в г. Нью-Йорке 21 » сентября 2017 года в двух экземплярах, каждый на португальском и русском языках, причем оба текста имеют одинаковую силу.

За Правительство Федеративной Республики Бразилии	За Правительство Российской Федерации
	